

REVISTA



ECOS

LITERATURAS E LINGUÍSTICAS

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
- Editora Unemat -

EPLIT
Centro de Pesquisa
em Literatura

CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas em Letras

Programa de
Pós-Graduação
em Estudos Literários
PPGEL

Editores/Organizadores

Agnaldo Rodrigues da Silva
Taisir Mahmudo Karim

Projeto Gráfico

Ricelli Justino dos Reis

Copyright © 2016 / Unemat Editora

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas
UNEMAT - Cáceres

ISSN: 2316-3933 (*Online*)

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.

Editores/Organizadores: Agnaldo Rodrigues da Silva / Taisir Mahmudo Karim (Revista do Centro de Pesquisa em Literatura e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários). Cáceres-MT: Unemat Editora, 2016.

387 p.

1. Literatura 2. Linguística

Semestral (Ref.: Jan 2016 - Jun 2016). Vol. 20, ano 13, n. 1 (2016)

CDU: 81

Índices para catálogo sistemático

1. Literatura - 82

2. Linguística - 81



REVISTA ECOS - Grupo de pesquisa em estudos da Arte e da Literatura comparada - Centro de Pesquisa em Literatura / Programa de Pós-graduação em Estudos Literários
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavalhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000
Tel: 65 3221-0023 - revistaecos.unemat@gmail.com



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavalhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000

Fone/Fax 65 3221-0023 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Vol. 20, Ano 13, nº 1 (2016)

ISSN: 2316-3933 (*online*)

REVISTA ECOS

Literatura e Linguística

Indexações:

Sumários de Revistas Brasileiras (sumarios.org)

Diadorim

Latindex

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Reitora	Ana Maria Di Renzo
Vice-Reitor	Ariel Lopes Torres
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Rodrigo Bruno Zanin
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Alexandre Gonçalves Porto
Pró-Reitoria de Gestão Financeira	Ezequiel Nunes Pacheco
Pró-Reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação	Francisco Lledo dos Santos
Pró-Reitoria de Administração	Valter Gustavo Danzer
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Anderson Marques do Amaral

CENTRO DE PESQUISA EM LITERATURA Agnaldo Rodrigues da Silva

CONSELHO EDITORIAL/REVISTA ECOS

Agnaldo Rodrigues da Silva - UNEMAT (Presidente)
Elza Assumpção Miné - USP
Inocência Mata – Universidade de Lisboa/Portugal
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida – USP
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Maria Fernanda Antunes de Abreu – Universidade Nova de Lisboa/Portugal
Mônica Graciela Zoppi Fontana - UNICAMP
Roberto Leiser Baronas - UFSCar
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP

CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO

Agnaldo José Gonçalves – UNESP
Águeda Aparecida Cruz Borges - UFMT
Ana Antônia de A. Peterson - UFMT
Ana Maria Di Renzo –UNEMAT
Benjamin Abdala Junior –USP
Célia Maria Domingues da Rocha Reis - UFMT
Eduardo Guimarães - UNICAMP
Elizete Dall'Comune Hunhoff - UNEMAT
Elza Assumpção Miné - USP
Isaac Newton Almeida Ramos - UNEMAT
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
José Carlos Paes de Almeida Filho - UNICAMP
Liliane Batista Barros - UFPA
Luiz Francisco Dias - UFMG
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Mário César Leite - UFMT
Mônica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP
Nelly Novaes Coelho - USP
Rita de Cássia Natal Chaves - USP
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP
Vera Lúcia da Rocha Maquêa - UNEMAT
Yasmin Jamil Nadaf - Academia Mato-Grossense de Letras
Walnice de Matos Vilalva – UNEMAT

REVISTA



ECOS

TEXTOS EM PORTUGUÊS



SILÊNCIOS E SENTIDOS:
A LUTA DE TERRA INDÍGENA EM UM JORNAL DE
MATO GROSSO

SILENCE AND SENSES:
THE STRUGGLE OF INDIGENOUS LAND IN A MATO
GROSSO NEWSPAPER

Danielle Tavares Teixeira¹
Elizabeth Moraes Gonçalves²

RESUMO: Neste artigo verificamos como o discurso que define o indígena no campo jornalístico constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege o que é ser índio para a sociedade. Tomamos como material de análise as matérias publicadas sobre o indígena no jornal A Gazeta, de Mato Grosso, no período entre janeiro e março de 2013. A investigação está centrada, especificamente, em matérias sobre disputas de terras envolvendo os diferentes povos. Analisamos as falas e silêncios que definem e constituem o imaginário social sobre o índio brasileiro, em um Estado com expressiva diversidade étnica e cultural. A opção teórica metodológica adotada segue pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa, que tem como precursor Michel Pêcheux. A investigação aponta que, a partir do que é dito e do que não é dito, o discurso jornalístico reforça a imagem do índio como usurpador de terras, tutelado pelo Estado e merecedor de exclusão. Nota-se que a versão do indígena não é apresentada ou considerada e suas vozes são silenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Jornalismo; Análise de Discurso; Indígena; Mato Grosso.

ABSTRACT: In this article, how the discourse that defines the native in the journalistic field composes the processes of signification, producing the imaginary which governs what is to be indian to the society, was verified. The articles published about the native in the newspaper A Gazeta, in Mato Grosso, in the period between January and March of 2013, were used as material to the analysis. The research is focused, specifically, on articles about land disputes involving different people. The words and silences that define and constitute the social imaginary of the Brazilian indian, in a State with a significant ethnic and cultural diversity, were analyzed. The adopted methodological theoretical option follows presuppositions of Discourse Analysis of the French line, whose precursor is Michel Pêcheux. The research shows that, from what is said and what is not said, the journalistic discourse reinforces the image of the indian as land usurper, supervised by

- 1 Mestre pela Universidade Metodista de São Paulo. dtavaresjf@hotmail.com
- 2 Doutora em Comunicação Social. Professora titular da Universidade Metodista de São Paulo. bethmgoncalves@terra.com.br

the State and worthy of exclusion. Be aware that the version of the native is not presented or considered and their voices are silenced.

KEYWORDS: Communication; Journalism; Speech analysis; Indian; Mato Grosso.

Introdução

O Brasil é detentor de uma expressiva sociodiversidade quando falamos das populações indígenas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem mais de 800 mil índios e 305 etnias reconhecidas habitando os estados brasileiros, localizados em aldeias ou fora delas. São faladas 274 línguas e dialetos divididos em troncos, famílias e línguas isoladas. O Estado de Mato Grosso é o quinto em quantidade de índios no país, somando 25 mil indivíduos, de 38 sociedades, divididos em 66 terras indígenas com diversos graus de regularização fundiária, totalizando 12 milhões de hectares, o que representa 12% da extensão territorial estadual.

As sociedades indígenas, comumente, são pauta para os diferentes meios de comunicação em distintos suportes, principalmente em se tratando de um Estado com expressiva população indígena. Muitas vezes, entretanto, as abordagens privilegiam o ponto de vista do não-índio e silenciam as vozes dos povos, passando visões reducionistas, ingênuas e equivocadas. As diferenças culturais são reduzidas, as identidades apagadas e se têm um tipo de índio genérico, despido de diferenças e especificidades étnicas e culturais, cuja sobrevivência dependeria do isolamento em relação aos aparatos técnicos e do diálogo com o povo civilizado.

Neste estudo verificamos como o discurso que define o índio no campo jornalístico constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege o que é ser índio para a nossa sociedade. Ou, nas palavras de Orlandi (1990, p.20), “procuramos compreender os processos discursivos que vão provendo os brasileiros de uma definição que, por sua vez, é parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira”. Para tanto, tomaremos como material de análise as matérias publicadas sobre o indígena no jornal A Gazeta, de Mato Grosso, no período de três meses, compreendidos entre janeiro e março de 2013. Nosso olhar volta-se, especificamente, para o material publicado sobre as disputas de terras envolvendo os diferentes povos indígenas.

Buscamos analisar falas e silêncios que definem o indígena e constituem o imaginário social sobre o índio brasileiro. Não se trata aqui de falar da identidade das diferentes etnias, mas sim do imaginário que o discurso jornalístico constrói para a significação desses povos. Qual a concepção dos indígenas presentes nesses textos e como essa concepção vai trabalhando tanto a exclusão quanto a fixação de certos sentidos e não outros para os leitores do jornal A Gazeta, de Mato Grosso? Como resultado são construídos efeitos de sentidos que imputam aos leitores desse

periódico uma marca genérica que funcionará ao longo de toda nossa história: o índio brasileiro.

Como se sabe, a ideologia tem uma materialidade, e o discurso é o lugar onde se pode ter acesso a essa materialidade. “Conhecer o seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem suas condições” (ORLANDI, 1990, p. 20). Dessa forma, não perseguimos um sentido único, imutável, mas propomos aqui compreender os processos de significação, ou seja, o que ficou atestado em determinada produção de linguagem jornalística sobre o índio no Brasil.

Segundo Pêcheux (GADET & HAK, 1997, p. 82), “Existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”.

Pressupostos Teóricos de Análise

Diferentes autores, dentre os quais, Martin-Barbero (2004), Traquina (2005), Ponte (2006), Marques de Melo (2006), reconhecem que há uma autonomia apenas relativa no jornalismo, já que a atividade é altamente condicionada. As notícias são resultantes de inúmeras interações entre diversos agentes sociais e refletem constrangimentos organizacionais e econômicos, narrativas que governam o texto jornalístico, rotinas que orientam e condicionam a atividade jornalística, valores-notícias e identidades das fontes de informação (TRAQUINA, 2005).

Porém, no contexto jornalístico há também que se considerar o silêncio como pleno de significado, por apresentar-se como uma política, não como simples sinônimo de calar — deixar de pautar determinado assunto ou privilegiar um tema em detrimento de outro. O silêncio pode também ser entendido como o não dito das palavras, seu oposto ou seu eco. Para a linguista Eni Orlandi (1993, p. 31-34), o homem está “condenado” a significar.

Com ou sem palavras, diante do mundo há uma injunção à ‘interpretação’: tudo tem que fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico. [...] O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras.

Já que não existe texto neutro, sempre há interesses em torno de uma questão. Segundo Pêcheux (GADET & HAK, 1997, p.82), o discurso

não surge no vazio. O discurso remete à formação discursiva que o originou e que é marcada por uma ideologia ali embutida. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de sua existência. Assim, os textos constituem-se em um todo heterogêneo e complexo, a partir do momento em que sofrem interferências diversas de sujeitos. Por isso é que alguns textos congregam certos enunciados e outros não.

No discurso jornalístico, podemos ainda notar que há condições sociais, culturais e cognitivas sobre as propriedades organizacionais das mensagens, ou seja, sabemos que há uma relação sistemática entre texto noticioso e contexto, ou, para utilizar os termos de Maingueneau (2001, p. 71) “estamos cada vez mais convictos de que o *midium* não é simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer”.

Os estudos de Bakhtin (1986) sobre o dialogismo e a polifonia trazem em sua base a concepção de intertextualidade proposta originalmente por Julia Kristeva. Entendemos, assim, a intertextualidade como o modo pelo qual se estabelecem o diálogo e a interatividade entre os textos em um contexto único, neste caso específico, no contexto jornalístico.

Neste estudo não consideramos a distinção entre intertextualidade e interdiscursividade, por entendermos, como Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 286) que toda intertextualidade traz em si a interdiscursividade, uma vez que o interdiscurso consiste em “um jogo de reenvios entre discursos que tiveram um suporte textual, mas de cuja configuração não se tem memória [...] e o intertexto seria um jogo de retomadas de textos configurados e ligeiramente transformados”.

A intertextualidade em sentido amplo é considerada por Koch e Travaglia (1995, p. 75) como um fator de coerência textual, pois “para o processamento cognitivo (produção/recepção) de um texto recorre-se ao conhecimento prévio de outros textos”, ou seja, um texto está em permanente diálogo com outros textos, além de ser dependente das características do seu locutor, do seu conhecimento de mundo, de sua ideologia, enfim, de todas as condições de produção.

Para Charaudeau (2007), o contrato de informação midiática é marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; e finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização. O jogo da mídia consistiria, então, em navegar entre os

polos de credibilidade e dramatização, orientada pela sua ideologia e pela natureza dos acontecimentos.

O autor propõe o seguinte caminho para a análise do discurso das mídias: 1) construção racional de seu objeto segundo critérios precisos; 2) determinação de um instrumento de análise que sirva de base às interpretações produzidas; 3) processo de interpretação que implique uma crítica social, não como ideologia, mas como processo que faz descobrir o não-dito, o oculto, as significações possíveis que se encontram por trás do jogo de aparências.

No campo da Comunicação Social, diferentes pesquisas concentram-se em desvelar como o indígena é representado em distintos suportes midiáticos (Orlandi, 1990; Luciano, 2006; Braga e Campos, 2011, dentre outros). Duas visões gerais foram identificadas nas investigações. De um lado, a antiga percepção romântica, que concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas e ingênuo. Por outro, construções estereotipadas caracterizam os índios como preguiçosos, animais, inferiores aos não-índios, traiçoeiros, sebosos, criminosos impunes, usurpadores da terra, protegidos pelo governo, mercedores de exclusão.

De acordo com os referidos autores, a identidade social do indígena que circula nos veículos é construída segundo formas impessoais e opacas, o que poderia ser identificado como um processo de naturalização da desigualdade. “Esse fenômeno de massa que (des)qualifica determinados grupos sociais como hegemônicos, ao mesmo tempo precariza outros grupos, tornando-os invisíveis, subprodutos resultantes da massificação de um protótipo em detrimento da construção de um estereótipo” (BRAGA e CAMPOS, 2011, p. 14).

Orlandi (1990, p. 73) nos chama a atenção para o fato de que, desde a descoberta, os discursos produzidos sobre o indígena contribuem para apagar a sua identidade e protagonismo. Para a autora: “[...] a ciência (a antropologia, a linguística), a política social (indigenismo) e a religião (a catequese) se articulam para apagar a presença do índio na constituição da identidade cultural (política) brasileira”.

Pressupostos Metodológicos

Partindo desse referencial, analisaremos como o indígena é representado no jornal A Gazeta, de Mato Grosso, escolhido por ser o mais lido na capital, Cuiabá, e ter distribuição estadual, somando 18% do total de leitores mato-grossenses. Primeiramente, selecionamos todo o material jornalístico produzido com a temática indígena, de janeiro a março de

2013, excetuando-se o mês de abril, quando se comemora o Dia do Índio e poderia influenciar no tipo de abordagem produzida.

Cabe salientar que o levantamento quantitativo do material faz-se necessário para apontar tendências na cobertura jornalística no período em questão, pois a repetição de um dado discurso sobre a questão indígena acaba por cristalizar certas imagens e identidades para o leitor do jornal. Destacamos que não pretendemos aqui esgotar a temática, mas verificar como o principal jornal de Mato Grosso trata a questão indígena e como as diferentes vozes são ouvidas ou silenciadas, em um Estado com expressiva diversidade étnica e cultural.

A partir dessa investigação inicial, selecionamos para aprofundamento da análise a única matéria com a temática indígena que foi destaque de capa do jornal, intitulada: “Ampliação ‘ameaça’ municípios”, de 27 de fevereiro de 2013. A análise de discurso do texto jornalístico priorizou a observação dos seguintes aspectos: 1) Expressões escolhidas para descrever a disputa de terras; 2) Fontes de informação utilizadas na construção da matéria; 3) Silêncios e sentidos na construção textual; 4) Intertextualidade e interdiscursividade.

Para a Análise de Discurso, a linguagem não é transparente, ela tem um modo de constituição histórico. “Não é possível dissociá-la das práticas sociais das quais é parte, a saber, interesses socioeconômicos e políticos, prioridades institucionais, estruturas de poder, ideologias- as condições de produção de uma fala ou de um texto determinam os múltiplos sentidos que circulam com eles” (ORLANDI, 2001, p. 87).

Enfatizando determinados dizeres e silenciando outros, priorizando certas vozes e calando as demais, o discurso jornalístico do jornal a Gazeta pode contribuir para reforçar uma espécie de rigidez histórica imutável na constituição da identidade cultural indígena em Mato Grosso.

Análise

No período de 01 janeiro a 31 de março de 2013 o jornal A Gazeta, de Mato Grosso, publicou o total de 29 matérias jornalísticas que tiveram como pauta os indígenas, em diferentes editorias do jornal, das quais: Cidades (16), Nacional (08), Economia (03), Política (01) e Vida (01). As editorias Cidades, Nacional, Economia e Vida contam com repórteres do próprio jornal para a produção dos textos, publicando matérias assinadas pelo profissional ou não, nesse último caso menciona-se apenas “Da redação”. Já a editoria Nacional reproduz textos de agências de notícias, dando

o crédito aos autores, em todos os casos observados foi utilizado material da Agência Brasil (ABR).

Dentre os temas abordados, no período selecionado, nota-se que os povos indígenas costumam ser notícia no jornal A Gazeta, de Mato Grosso, quando estão envolvidos em Lutas/posses de terra (20), Conflitos com a lei (05), Saúde Indígena (03), Cultura (01). A cobertura privilegiou assuntos ligados a Lutas/posses de terra, representando 68,96% de todo o material jornalístico sobre o indígena publicado nesse período.

Esse levantamento vai ao encontro da tendência apontada por Alves (1999), que relatou a ênfase do noticiário estadual em assuntos ligados a invasões de terras, sejam os indígenas os invasores ou os invadidos. Cabe ressaltar que essas categorias temáticas foram por nós constituídas, a partir da observação do principal ângulo adotado no tratamento do assunto, sistematizadas nas tabelas a seguir.

Luta e posse de terras: Atraso econômico e usurpadores de terras

Vê-se que no período selecionado, a grande maioria das matérias aborda o processo de retirada de agricultores posseiros das terras indígenas de Marãiwatsédé, fato amplamente noticiado pela mídia local, como destacado no quadro que se segue (Quadro 1). Somente por meio da leitura dos títulos não é possível saber se os indígenas são invasores ou invadidos, como nos textos transcritos a seguir: “Prazo para saída termina amanhã”, “Retirada de ocupantes continua”, “65% foram devolvidas à União”, “Concluída ação de desintrusão”.

Também se leem os desdobramentos desse caso: “Lavoura de soja corre risco de contaminação por fungo”, “Governo deve realizar colheita”, “Justiça cobra colheita em área indígena” e “Juiz não autoriza colheita de soja”. Nota-se que as matérias que abordam a necessidade da realização da colheita da soja plantada por posseiros na reserva indígena são tratadas na editoria Economia, evidenciando-se os prejuízos financeiros causados pela retirada dos pequenos, médios e grandes agricultores da área.

Outras matérias categorizadas como Luta/posse de terras referem-se à proposta de ampliação das áreas indígenas Enawenê-nawê e Menkú. São elas: “JF anula a ampliação de área”, “Produtores se reúnem na Sema”, “Ampliação ‘ameaça’ municípios” e “Nilson Leitão busca apoio para instalação de uma CPI”. Pelos títulos nota-se ênfase na atuação da justiça, de parlamentares e de produtores rurais da região, que veem a ampliação de reservas indígenas como uma ameaça ou atraso econômico para a região.

Somam-se a esta categoria as matérias publicadas na editoria nacional: “Desocupação do prédio começa” e “Museu do Índio será preservado”, sobre a questão da desocupação da denominada Aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro (RJ), local que seria considerado estratégico para obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo de 2014.

Quadro 1. Matérias com ênfase em luta ou posse de terras indígenas

Data	Editoria	Título
Domingo, 24/03	Nacional	Terras indígenas Funai cria grupo no MS
Sexta, 22/03	Cidades	Marãiwatsédé Juiz não autoriza colheita de soja
Sexta, 22/03	Economia	Justiça cobra colheita em área indígena
Quarta, 13/03	Economia	Marãiwatsédé Governo deve realizar colheita
Quarta, 06/03	Cidades	Maggi pede cópia de documentos
Terça, 05/03	Economia	Terra indígena Lavoura de soja corre risco de contaminação por fungo
Sábado, 02/03	Cidades	Terra indígena Menkü JF anula a ampliação de área
Quinta, 28/02	Cidades	Reserva indígena Produtores se reúnem na sema
Quarta, 27/02	Cidades	Reservas indígenas Ampliação “ameaça” municípios
Segunda, 25/02	Política	Terras indígenas Nilson leitão busca apoio para instalação de uma CPI
Domingo, 24/02	Nacional	Usina no rio tapajós Índios prometem impedir as obras
Terça, 29/01	Cidades	Marãiwatsédé Concluída ação de desintrusão
Terça, 29/01	Nacional	Museu do Índio será preservado

Sexta, 18/01	Cidades	Propriedades 65% foram devolvidas à união
Segunda, 14/01	Nacional	Museu do índio Desocupação do prédio começa
Domingo, 13/01	Nacional	Impasse Índios vivem precariamente
Quinta, 10/01	Cidades	Marãiwatsédé Desintrusão completa 1 mês
Quinta, 10/01	Nacional	Canteiro de obras Índios mantém bloqueio na usina de belo monte
Sábado, 05/01	Cidades	Marãiwatsédé Retirada de ocupantes continua
Quinta, 03/01	Cidades	Desintrusão Marãiwatsédé Prazo para saída termina amanhã

Problemas com a justiça: vítima ou criminoso

Nesta categoria (Quadro 2) estão duas matérias da editoria Nacional “Fazendeiro diz que fez disparos” e “Adolescente indígena é morto”; em que é apresentado um índio genérico, vítima de crime. Também foram publicados três textos na editoria Cidades, nos quais o indígena aparece como criminoso envolvido com extração ilegal (“Jf abre processo contra 30”), homicídio contra não-índio (“Índio é preso por duplo crime ocorrido em 1996”) e contra policiais (“Xavantes ameaçam policiais”).

Quadro 2. Matérias com ênfase em problemas do indígena com a justiça

Data	Editoria	Título
Quarta, 06/03	Cidades	Campinópolis Índio é preso por duplo crime ocorrido em 1996
Terça, 05/03	Cidades	Terra sem lei Xavantes ameaçam policiais
Sábado, 23/02	Cidades	Extração ilegal Jf abre processo contra 30

Quinta, 21/02	Nacional	Morte de indígena Fazendeiro diz que fez disparos
Quarta, 20/02	Nacional	Mato Grosso do Sul Adolescente indígena é morto

Saúde Indígena: vítima

Na categoria Saúde Indígena têm-se matérias que apontam como os povos indígenas são vítimas do sistema de saúde e infraestrutura ineficiente, que estaria provocando mortes e desnutrição nas comunidades.

Quadro 3. Matérias com ênfase na saúde indígena.

Data	Editoria	Título
Terça, 26/03	Cidades	Morre 4ª criança xavante este ano
Sábado, 23/03	Cidades	Marãiwatsédé Cimi irá pedir análise de água
Quarta, 20/03	Cidades	Marãiwatsédé 2 mortes com sinais de desnutrição

Cultura: personagem

A única ocorrência de matéria categorizada como Cultura, como se vê no quadro a seguir (Quadro 4), intitulada “Irmãos Villas-Bôas no Coração do Brasil”, fala sobre o lançamento do longa-metragem Coração do Brasil, de Daniel Santiago, que narra a história dos irmãos famosos por desbravar o interior do país, incursão que contribuiu para a criação de reservas indígenas.

Quadro 4. Matérias com ênfase em cultura indígena

Data	Editoria	Título
Terça, 12/03	Vida	Produção barzuka Irmãos Villas-Bôas no Coração do Brasil

Discussão

A partir dessa investigação inicial, selecionamos para aprofundamento da análise a única matéria com a temática indígena que foi destaque de capa do jornal, no período selecionado. Ao dia de 27 de fevereiro

de 2013, a manchete “Ampliação de área indígena ameaça três cidades de Mato Grosso” (Nogueira, 2013, p. 1B), estampava a capa do jornal A Gazeta, sem acompanhamento de nenhuma foto ilustrativa. Destacamos que todos os trechos da matéria jornalística, reproduzidos a seguir neste artigo, utilizam-se dessa mesma fonte documental (NOGUEIRA, 2013, p. 1B).

A matéria também foi capa do Caderno Cidades, sob o título “Ampliação ‘ameaça’ municípios”, com o chapéu de texto “Terras Indígenas”, seguido por um olho “Funai finaliza estudos para aumentar limites de Terra Indígena para 600 mil hectares, na região onde está Juína, Sapezal e Brasnorte”. O lead do texto publicado no Caderno Cidades foi o mesmo da primeira página do jornal, reproduzido a seguir:

A Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar os limites demarcados da Terra Indígena Enawenê-nawê. A medida, em fase final, conforme ofício do próprio Ministério da Justiça, *atingirá* os municípios de Juína, Brasnorte e Sapezal e poderá inviabilizar financeiramente as 3 cidades. Além de gerar *insegurança jurídica* aos produtores, a nova demarcação já criou um *clima de tensão* na região e *muitos temem* que a desintrusão da área, de aproximadamente 600 mil hectares, terras com o maior potencial da região, seja uma repetição do que ocorreu no final do ano passado e no início deste ano na Gleba Suiá Missu [Grifo nosso].

A matéria aborda a revisão de limites da Terra Indígena Enawenê-nawê, localizada no noroeste do Estado de Mato Grosso, próximo aos municípios de Juína, Brasnorte, Sapezal e Comodoro, habitada por 566 índios da etnia Enawenê-nawê. Já no início do texto, nota-se um clima de conflito latente entre índios e não-índios, acentuado pela escolha de um vocabulário específico para descrever a situação de disputa de terras, com uso de expressões como: ameaça, atingirá, insegurança jurídica, clima de tensão, muitos temem. Vê-se que a redemarcação, não só atingirá, mas inviabilizará três municípios estratégicos no Estado, Juína, Brasnorte e Sapezal, com economias alicerçadas no agronegócio e pecuária extensiva.

Segundo o texto, a nova demarcação estaria amparada pelo decreto 1.775/96, que regulamenta os procedimentos administrativos para a definição dos limites das Terras Indígenas (TIs). De acordo com a matéria jornalística, há parcialidade no processo administrativo tocado pela Funai, que só levaria em conta o interesse dos indígenas na redemarcação de terras: “Para que isso ocorra, entre outros itens, é necessária a realização

de um estudo antropológico, criticado pelos produtores, porque como é realizado pela Funai só leva em *consideração a situação dos índios*” [Grifo nosso].

Esse desequilíbrio em favor da comunidade indígena seria acentuado pelos pareceres técnicos da Funai, tidos como incontestáveis: “Ele [ministro da Justiça José Eduardo Cardozo] disse também que o Ministério da Justiça *não tem como questionar* pareceres de órgãos técnicos. Então, o que a Funai disser estará valendo e, é claro, vão reivindicar a terra” [Grifo nosso].

Dessa forma, a construção textual indica que os produtores rurais da região ficam à mercê dos interesses dos índios amparados pela Funai, o que causaria o medo e a insegurança jurídica. “O *medo dos produtores* se baseia nas palavras do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que defende a criação de um órgão vinculado ao Ministério da Justiça que presida o processo de demarcação, inclusive analisando a defesa dos produtores rurais e dos indígenas”.

A hipótese de que a Funai teria algo a esconder ou interesses e práticas escusas é sustentada ao longo do texto. O método de trabalho da Fundação é descrito como tendencioso, interesseiro e feito às escondidas. O trecho a seguir, com o subtítulo “Estratégias” aponta como seriam produzidos os relatórios da Funai de demarcação de terras indígenas.

Estratégias - Lidiani, que acompanha o trabalho da Funai desde a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, explica que a estratégia do órgão é a mesma em todos os casos e passa por 3 etapas. “Primeiro eles falam que é uma área bem pequena, *sem importância* nenhuma. Depois, eles *negam* que haja qualquer trabalho de revisão da demarcação e, por fim, quando tudo está certo, contam com o medo dos produtores, que temem a desvalorização das terras, para que tudo ocorra no mais absoluto *silêncio*.”

Segundo o relato acima, o método de trabalho da Funai seguiria, então, três estratégias: desmerecer (a importância das terras), negar (a revisão da demarcação) e silenciar (através do medo dos produtores de ver seu patrimônio desvalorizado).

Somando-se a esse argumento, a Funai é mostrada em situações contraditórias. Segue no texto que a Fundação teria afirmado, em carta, que não estava em curso nenhum processo de ampliação da Terra Indígena Enawenê-nawê. “Mas isso não nos tranquilizou porque não era o que se comentava na região”. A Aprur, então, buscou intervenção da bancada

federal de Mato Grosso, por meio de ofícios aos deputados federais e senadores. Em janeiro deste ano, teria recebido uma resposta da diretora de Proteção Territorial Substituta da Funai, Thaís Dias Gonçalves, que confirmaria o processo de redemarcação da terra: “O trabalho está em fase final de análise pelos técnicos desta Diretoria, para fins de deliberação da Presidência da Funai quanto da sua aprovação”, narra o trecho da resposta na matéria (NOGUEIRA, 2013, p. 1B).

Dessa forma, vê-se que, apesar da Funai ter dito inicialmente que não havia qualquer processo de demarcação de terras na região, teve que voltar atrás na sua posição, ao ser questionada pela bancada federal de Mato Grosso, evidenciado a contradição do órgão e insinuando possíveis irregularidades.

O texto, ao mesmo tempo em que desqualifica a validade, objetividade técnica e razoabilidade ética dos relatórios técnicos produzidos pela Fundação, mostra que a presença de técnicos da Funai na região causa medo, ao silenciar os moradores, insegurança jurídica, ao utilizar práticas desonestas, e traz prejuízos econômicos, ao desvalorizar as terras da região.

Vê-se que a versão da história que prevalece é contada pela Associação dos Proprietários Rurais Pesquisa Rio Preto (Aprur), que como representante de pequenos, médio e grandes proprietários de terras da região defende interesses bem específicos.

O outro lado

Integra os manuais de prática jornalística a necessidade de se ouvir os diferentes lados da história na composição da matéria. Mas ouvir deveria constituir-se apenas um passo no método de apuração dos fatos, torna-se necessário também dar voz a esse outro lado e construir uma versão final que contenha as diferentes posições e, dessa forma, possibilite uma análise crítica fundamentada. É central ressaltarmos, nesse caso, o que o jornal entende como outro lado da história:

Outro lado - Por telefone, a assessoria de imprensa da Funai disse que não comentaria a demarcação, uma vez que ela já foi assumida pelo MJ, pasta a qual o órgão está vinculado. Mesmo assim, a reportagem encaminhou um e-mail, solicitando o posicionamento da Funai, mas ele não foi respondido até o fechamento desta edição.

Vê-se que o jornalista tentou conversar com a Funai, aqui entendida como o outro lado, antes do fechamento da matéria. Reforça-se que os padrões jornalísticos apontam a necessidade de se ouvir as várias ver-

sões da história. Nesse sentido, o uso de expressões como “não foi respondido até o fechamento desta edição” ou “não comentaria a demarcação” enfatiza o esforço do jornalista em obter a informação e, também, atesta o cumprimento ético profissional do respeito ao contraditório, dando palavra a diferentes versões/visões de um determinado assunto. No caso, o jornalista cedeu o espaço para a Funai se posicionar, entretanto, a instituição não pode ou se recusou a responder.

Esse recurso discursivo tem um resultado importante para os interlocutores, pois, ao mesmo tempo em que marca a isenção e objetividade do jornalista, reforça mais uma vez a dúvida sobre o real interesse da Funai, que ao não se defender ou posicionar-se sugere ter algo a esconder, respaldado na máxima popular “quem cala, consente”.

Charaudeau (2007) afirma que o sentido do ato comunicativo é resultado de uma co-intencionalidade que se instaura entre as instâncias de produção e recepção. “Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democrática, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade” (p.28).

Silêncios que excluem

Apesar de o texto alegar que a Fundação Nacional do Índio, com seus métodos e técnicas de trabalho, estaria silenciando os agricultores locais, impedindo-os de posicionarem-se e contra argumentar (“O grande *temor* da Aprur [...] é que os produtores não possuem condições de realizar um estudo para contra argumentar os trabalhos dos técnicos da Funai”), o que se vê na matéria é que os verdadeiros silenciados são os indígenas Enawenê-nawê.

Ao longo do material jornalístico analisado foram citadas as seguintes fontes de informação: Fundação Nacional do Índio (Funai), escritório do Ministério da Justiça, palavras do ministro da Justiça, Associação dos Proprietários Rurais Pesquisa Rio Preto (Aprur), advogado Eugênio Queiroz- filho de um produtor da região, e Diretora de Proteção Territorial Substituta da Funai- Thaís Dias Gonçalves.

O indígena ou lideranças indígenas não foram procurados ou tampouco ouvidos como fontes de informação, dessa forma, são calados e sua versão é desconhecida, apesar de estarem diretamente envolvidos no conflito e serem os primeiros interessados na solução do problema. Não se sabe, por exemplo, a história de ocupação, o uso do solo e a importância dessas terras para aquele povo e, tampouco, é lembrado que a terra tem, para o indígena, valor e uso completamente distintos do que para o

não-índio, no caso o agricultor que explora os recursos naturais. Reforça-se, aqui, o *ethos* do tutor atribuído à Funai, ou seja, aquele que é tutelado não tem autonomia ou voz.

O material jornalístico em questão acentua que os agricultores da região precisam das terras para o seu sustento econômico, como se pode depreender do texto a seguir:

A secretária [da Associação dos Proprietários Rurais Pesquisa Rio Preto (Aprur), Lidiane Zeni] pontua que a primeira etapa ocorreu no ano passado, quando a Funai teria informado a Aprur que apenas 9 produtores seriam atingidos com a nova demarcação. “Agora, fala-se em 600 mil hectares, *centenas de produtores, grandes, médios e pequenos que precisam da terra para sobreviver*” (NOGUEIRA, 2013, p. 1B, grifo nosso).

Já para o indígena, a terra está ligada diretamente à sua prática cultural, aos cosmovalores e sobrevivência enquanto etnia. O povo Enawenê-nawê mantém um padrão de ocupação tradicional regido pelos modelos de organização social, efetivados nas dinâmicas de produção, manejo e utilização dos recursos, de distribuição espacial e da transmissão dos conhecimentos através das gerações (SILVA, 1998; RODGERS, 2010).

Para o grupo indígena o local tem um valor cosmogeográfico inestimável, necessário à sua sobrevivência cultural e identitária. Já para o não índio (agricultor, minerador e consórcios para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs), essa rica biodiversidade tem um valor econômico incalculável.

Homologada em 1996, com uma área de 742.088 hectares, a Terra Indígena (TI) Enawenê-nawê encontra-se ainda hoje em processo de estudo para revisão de seus limites. Apesar do local ser palco de disputas históricas, na matéria jornalística, o ponto de vista e a versão do indígena não são valorizados, sua história é silenciada e apagada. Os movimentos de silenciamento são impregnados de sentido: “Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes” (ORLANDI, 1990, p. 56).

Dessa forma, ao silenciar o índio e sua versão dos fatos, instaura-se a negação, impõe-se o silêncio e cala a sua voz, impedindo-o de dizer de si mesmo. A ideologia dominante interdita o dizer de cada etnia sobre sua história, construindo o dizer da imagem do/sobre o indígena: de protegido pelo Estado (Funai) e usurpador de terras. Conforme afirmou

Orlandi (1990, p.69), a ideologia aciona, assim, uma política do silêncio que produz o apagamento do sujeito.

É claro que esse silêncio, uma vez estabelecido, volta sobre o mundo com toda sua violência. Dessa forma o apagamento ideológico se passa para o extermínio, que tem, por sua vez, formas mais ou menos diretas de violência: desde o assassinato puro e simples até a exclusão do índio da discussão de problemas que o afetam diretamente.

Dessa forma, o índio não fala, é falado. O silêncio apaga o sujeito, reforça sua condição histórica de exclusão: impede o sujeito indígena de sustentar o seu discurso, o discurso social de resistência e luta, de reafirmar sua identidade, valores, tradições e sua riqueza sociocultural, que o discurso social dominante tenta suprimir, ao negar a multiplicidade de interesses, discursos e sentidos, submetendo todos os valores sob a ótica econômica dominante.

Somado à linguagem verbal, a matéria traz a seguinte ilustração:



Figura 1: Foto ilustrativa da matéria. Legenda do jornal: “Povo Enawenê-nawê passaria a ter limites maiores para as reservas, sendo necessária a retirada dos atuais ocupantes da área”. Créditos: arquivo.

A foto ilustrativa da matéria mostra um indígena de cabeça baixa, adornado com um cocar confeccionado em pluma e palha que lhe cobre o rosto, por onde se entrevê um homem com expressão séria. Ele carrega arco e flecha e ostenta pintura corporal típica de rituais daquele povo. Vê-se a representação de um indígena sem rosto e sem nome, contribuindo para a construção de uma imagem opaca, impessoal e para o apagamento do sujeito. Essa imagem de “arquivo”, como diz o crédito, também pode sugerir que os índios são perigosos pois estão armados (mesmo que de arco e flecha) e contribui para colocar o índio como o “outro”, com o qual não identificamos.

Não pretendemos aqui esgotar a discussão sobre a linguagem fotográfica, mas destacamos como a utilização das diferentes ferramentas jornalísticas contribui para a construção de uma imagem daquele que é diferente nós, reforçando o estranhamento e afastamento entre os povos que constituem este País.

O intertexto

O fenômeno da intertextualidade tem funções diferentes, de acordo com os textos e contextos em que está inserido. Retornaremos a um trecho do lead da matéria analisada para observarmos como o texto faz referência implícita a outros textos.

Além de gerar insegurança jurídica aos produtores, a nova demarcação já criou um clima de tensão na região e muitos temem que a *desintrusão da área*, de aproximadamente 600 mil hectares, terras com o maior potencial da região, *seja uma repetição do que ocorreu no final do ano passado e no início deste ano na Gleba Suiá Missu* (NOGUEIRA, 2013, p. 1B, grifo nosso).

Vê-se no trecho selecionado que o jornalista citou o caso de desintrusão de terras ocorrido na Gleba Suiá Missu, em 2012-2013, mas não explicou o que ocorreu, não contextualizou o leitor. Entretanto, deixa entrever que se trata de uma passagem tensa, capaz de criar e recriar medo e insegurança na população, pois muitos temem que se repita, acaba soando como uma ameaça.

As ações de desintrusão de 165 mil hectares da gleba Suiá Missú, demarcados como terra Xavante, foi amplamente noticiada na mídia do Estado. A retirada dos posseiros teve início no dia 10 de dezembro de 2012 e incluía 526 pequenas, médias e grandes propriedades. Policiais federais de Mato Grosso e estados vizinhos participam dos trabalhos de despejo

da população não-indígena, entre produtores rurais e os moradores da área urbana, que viviam na Terra Indígena há mais de 20 anos. O processo foi marcado por longas batalhas judiciais, resistência da população não-indígena, com bloqueios nas estradas, atos de violência e ameaças de derramamento de sangue, alimentados por prefeitos e políticos da região.

A matéria que estamos analisando (“Ampliação ‘ameaça’ municípios”) retoma o caso de desintrusão da gleba Suiá Missú, como uma insinuação, uma possibilidade de nova ocorrência de violência. Nota-se uma ameaça de despejo de famílias não-indígenas em benefício dos índios, configurando-se novamente os indígenas como possíveis “usurpadores de terras” e o não-indígena como “vítimas”, apesar de serem invasores de terras. Tal efeito de linguagem não é construído de maneira explícita. Ao contrário, recorre-se ao silêncio estabelecido na lacuna do intertexto, deixando que o já-dito construa o sentido para o interlocutor.

Como se vê, é possível sempre dizer alguma coisa a partir do silêncio. “Ele é a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o deslocamento que nos deixam ver que todo o discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa” (ORLANDI, 1990, p. 23).

Os sentidos originam-se do já-dito, do pré-construído e suas filiações. Eles nascem “do nunca experimentado, sentidos que chegam e se transformam em outros, abrindo um lugar para a especificidade de uma história particular” (Ibidem, p. 11), negada pelas relações de dominação impostas por uma determinada cultura. A ideologia é uma prática, que se materializa na linguagem e funda o discurso dominante.

Considerações finais

Como toda fala, a nossa também constrói silêncios e apagamentos. O que propomos, entretanto, não é falar de um lugar neutro, que não existe, mas problematizar o campo sobre as questões indígenas e a participação da imprensa nesse debate e na caracterização dos povos originários brasileiros.

O texto desqualifica o trabalho da Funai e mostra que a sua presença causa medo, insegurança jurídica e traz prejuízos econômicos. As características atribuídas ao tutor (Funai) são extensivas ao tutelado (indígenas). Dessa forma, a presença indígena representaria medo, insegurança e prejuízo. Apagam-se, por exemplo, as contradições existentes no interior do próprio trabalho da Fundação e da sua relação com o grupo indígena.

A partir do que é dito e do que não é dito, o discurso jornalístico reforça a imagem do índio como usurpador de terras, tutelado pelo Estado (Funai) e merecedor de exclusão. Como vimos, é possível sempre dizer alguma coisa a partir do silêncio, pois ele é a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, com o deslocamento que possibilita entrever que todo o discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.

Nota-se que a versão do indígena não é apresentada ou considerada. O índio é calado e só se mostra o lado do não-indígena. Ao longo da história, nunca se conseguiu ouvir sua versão. Orlandi (1990), ao analisar os discursos que produzidos sobre o indígena ao longo da história de nosso país, pondera que a língua dos povos tradicionais aparece como menor, pobre, inexistente, pois não goza de poder econômico.

Apesar de atuar como mediadora entre campos sociais e políticos, a imprensa sempre fala e age de um lugar determinado pelas relações de força e poder que constituem qualquer relação social. O que se chama de neutralidade e objetividade é a utilização de técnicas de codificação jornalística que possibilitam o colamento do seu discurso à ordem dominante.

Referências

ALVES, A. L. A difusão da questão indígena pela imprensa mato-grossense. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**, 1999. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/alves-andre-questao-indigena1.html>>. Acesso em: 15 de março de 2016.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10^a ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRAGA, C. F.; Tuzzo, S. A., & Campos, P. H. F. **Representações sociais e comunicação: a identidade do indígena na mídia impressa**. In XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste (INTERCOM). Campo Grande (MS), 2012. Disponível em: www.intercom.org.br. Acesso em: 2 de abril de 2015.

Charaudeau, P. **O discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P., & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

GADET, F., & HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais dos indígenas - Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NOGUEIRA, G. Ampliação ameaça municípios [Caderno 1B]. **A Gazeta**, 2013, 27 de fevereiro, p.01.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e Texto**: formulações e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Terra à vista!** Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

RODGERS, A. P. L. **Enawenê-nawê- Localização**: povos indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental, 2010.

SILVA, M. Tempo e espaço entre os Enawene Nawe. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 1998, v.41, n.2.

